

À DIREITA OU À ESQUERDA, PODEM AS MULHERES NEGRAS SEREM ELEITAS?

Thiane de Nazaré Monteiro Neves Barros

Universidade Federal da Bahia

thiane.nb@gmail.com

Resumo: Em abril de 2016 foi votado o impeachment da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT-SP). A sessão foi marcada por justificativas e explicações baseadas, sobretudo, na representatividade como forma de legitimar cada “sim” e cada “não”. Entre as bancadas temáticas, a maioria votou pela cassação de Dilma, bem como a maior parte das deputadas federais. A deputada Tia Eron (PRB-BA), foi uma dessas pessoas e em seu discurso afirmou: (...) eu sou a voz da mulher negra e da mulher nordestina, (...) a voz dos jovens, das crianças da minha Bahia, da minha Salvador (...), portanto meu voto é sim, sim, sim”. Posteriormente, uma enxurrada de críticas e elogios foram direcionados à deputada na internet, inclusive em sua página oficial no Facebook, onde um comentário dizia: “Tia Eron, você é negra, porém, bonita e inteligente. Votou como uma verdadeira patriota pelo impeachment da Dilma“. A partir da repercussão desse comentário, elaborei a hipótese de que o racismo cordial da direita era predominante na página da política. Entretanto, o que comprovei é que a parlamentar foi criticada e atacada por muitos perfis aparentemente de esquerda e ativistas de movimentos sociais que manifestaram suas discordâncias com chavões racistas-sexistas. Depois disso, houve ainda o caso da desembargadora Luislinda Valois em 2017 e a execução da vereadora Marielle Franco em 2018. É a partir desses episódios, que o presente artigo revisita e amplia a reflexão iniciada em 2016, sobre os ataques racistas, misóginos e classistas direcionados a mulheres negras que estão nos espaços políticos.

Introdução

O incômodo racista-sexista com a presença de mulheres negras em espaços de poder no Brasil atravessa os séculos de forma firme e sólida. Sendo aproximadamente 27% da população brasileira (Rede Umunna, 2018) as mulheres negras com grande participação na política ainda são citadas nominalmente, tamanha a escassez dessas candidaturas.

Desde Antonieta de Barros¹ - primeira mulher negra a ser eleita Deputada Estadual no Brasil, em 1934 pelo Partido

¹ De forma resumida, sabe-se que Antonieta de Barros era professora, jornalista e política. Era muito próxima à família dos Ramos, criou e coordenou o jornal *A Semana* (ativo entre os anos de 1922 e 1927, escreveu o livro *Farrapos de Ideias* em 1937 (cuja autoria assinou com o pseudônimo de Maria da Ilha). Se declarava “não feminista”, com algumas posições conservadoras, mas ao mesmo tempo que publicava críticas ao modus operandi do patriarcado sobre as mulheres que são “Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e a sua congênere Fatalidade, a Mulher tem sido, de verdade, a mais sacrificada metade do gênero humano” (Antonieta de Barros *apud* Elizabete Maria Espíndola, 2013, p.9).

Republicano Catarinense²/SC - à Marielle Franco - Vereadora eleita no Rio de Janeiro em 2016 pelo Partido Socialismo e Liberdade - a condição raça-gênero dessas mulheres é pronunciada explicitamente, seja por meio de xingamentos e ofensas morais, seja às vias do extermínio físico. São frequentemente questionadas em suas capacidades e discernimento, são ameaçadas em suas liberdades e direitos, têm suas falas interrompidas por vozes mais graves e atores menos constrangidos de marcar os lugares impostos pela branquitude a estas mulheres. As experiências de Antonieta de Barros, Benedita da Silva, Eronildes Vasconcelos, LuisLinda Valois e Marielle Franco - mulheres negras em cargos mandatos políticos e com projeção nacional

² “Ao longo do século 20, a política catarinense foi dominada por duas famílias com raízes no Partido Conservador. Os Ramos, de Lages, eram ligados a grandes produtores rurais da Serra. Os Konder Bornhausen, de Itajaí, ao comércio marítimo e fluvial, à indústria têxtil do Vale do Itajaí e à fundação do primeiro banco de crédito do Estado, o Inco (Banco da Indústria e Comércio, comprado pelo Bradesco em 1960). Os dois clãs ocuparam o governo por 10 mandatos e o Senado por oito. A rivalidade entre eles, embora todos militassem no Partido Republicano Catarinense, acentuou-se com a revolução de 1930. O governador Adolfo Konder foi deposto pela Aliança Liberal e, em seu lugar, assumiu Nereu Ramos, simpático a Getúlio Vargas. Com o fim do Estado Novo em 1945, os Konder Bornhausen passaram a comandar a União Democrática Nacional (UDN), de direita; os Ramos, o Partido Social Democrático (PSD), de centro-direita. O golpe de 1964 os reuniu na Aliança Renovadora Nacional (Arena) em nome do combate à ameaça comunista.” Disponível em <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_somos_direita/index.html>

- mesmo sendo figuras públicas, são e foram marcadas frequentemente por insultos e desqualificações que interseccionam especialmente raça e gênero.

Na história de Antonieta, mesmo quando já não ocupava mais o cargo de Deputada Estadual, recebeu em 1951 a acusação de “**fazer intriga barata de senzala**” através dos jornais para os quais escrevia (Elizabete Maria Espíndola, 2013, p. 10). E Antonieta não estava filiada a um partido considerado de esquerda.

Este artigo tem uma primeira versão publicada em formato de texto-ativista no site Blogueiras Negras em 25 de abril de 2016 sob o título “Negra, porém, bonita e inteligente: o racismo da direita não é diferente do racismo da esquerda”, esta versão preparada para a XX REDOR é uma ampliação daquele ensaio e objetiva discutir e refletir como ainda na atualidade as mesmas categorias de ofensas racistas-misóginas são reproduzidas sistematicamente por meio de violência moral direcionada a mulheres negras que ocupam cargos/mandatos políticos, estejam elas filiadas a partidos de direita ou de esquerda. São ofensas tão violenta quanto as que foram feitas à Antonieta de Barros na primeira metade do século XX.

Sem o descuido de desconsiderar todas as demais mulheres negras em cargos/mandatos políticos que foram alvo de racismo e misoginia - a exemplo da Deputada Federal Benedita da Silva que foi massivamente questionada pela composição de sua equipe de governo quando eleita governadora do Rio de Janeiro em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores) - ao longo dos anos. O exercício de reflexão deste trabalho é feito a partir do episódio de votação do impeachment da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT-SP), em abril de 2016. Aquela sessão foi transmitida em rede nacional pelas principais emissoras abertas e por emissoras de provedoras de canais pagos, ao longo das horas, foram diversas as justificativas e explicações baseadas, sobretudo, na representatividade como forma de legitimar cada “sim” e cada “não”. Entre as bancadas temáticas, a maioria votou pela cassação da presidenta, bem como a maior parte das Deputadas Federais e Tia Eron (PRB-BA), foi uma dessas pessoas. Em seu discurso afirmou: (...) eu sou a voz da mulher negra e da mulher nordestina, (...) a voz dos jovens, das crianças da minha Bahia, da minha Salvador (...), portanto meu voto é sim, sim, sim” (Eronildes Vasconcelos, 2016).

Em seguida, uma enxurrada de críticas e elogios foram direcionados à deputada na internet, inclusive em sua página oficial no Facebook, onde um comentário dizia: “Tia Eron, você é negra, porém, bonita e inteligente. Votou como uma verdadeira patriota pelo impeachment da Dilma” (Usuário A, 2016, online). E com base apenas neste comentário, elaborei a hipótese de o racismo da direita é tão severo que se traduz em racismo cordial sempre que uma pessoa negra atende ao modus operandi desses grupos e que naquela situação comentários como o mencionado, seriam predominante na página da política. Entretanto, além dos elogios de quem era a favor do impeachment da presidenta, o que comprovei é que a parlamentar foi também criticada, xingada e ofendida por muitas pessoas que ali se diziam “ser de esquerda” e ativistas de movimentos sociais que manifestaram suas discordâncias com chavões racistas-sexistas. Em maio de 2016, Tia Eron chegou a ser hostilizada por um grupo de mulheres em um voo de Salvador para Brasília.

Depois desse episódio com Tia Eron (pois houveram outros), há ainda a declaração da desembargadora e ex-ministra de Direitos Humanos no governo de Michel Temer em 2017, importante observar que a jurista foi

indicada ao cargo depois de duras críticas feitas à equipe do referido presidente por não contar com nenhuma mulher e nenhuma pessoa negra. Luislinda Valois já estava aposentada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e pela lei do funcionalismo público não poderia receber o salário integral de ministra porque ultrapassaria o teto permitido, então recebia pelo cargo de ministra apenas o valor complementar para alcançar o salário máximo permitido a funcionários públicos. Mas, depois de oito meses no cargo, a ex-ministra protocolou em outubro do mesmo ano, um pedido de aumento salarial e reivindicou que recebesse os salários integrais dos dois cargos, o que extrapolaria o dobro do teto possível.

No requerimento protocolado na Casa Civil, e divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo, a ex-ministra escreveu que: “sem sombra de dúvidas, se assemelha ao trabalho escravo, o que também é rejeitado, peremptoriamente, pela legislação brasileira desde os idos de 1888 com a Lei da Abolição da Escravatura” (Maysa Martiniano, 2017, online). Depois da repercussão, o pedido foi retirado.

A solicitação e as justificativas de Luislinda Valois foi duramente criticadas na internet e, mais uma vez, ofensas racistas-sexistas foram proferidas pela direita e pela esquerda

partidária, por instituições não governamentais e por ativistas de diversos movimentos sociais. No Facebook e no Twitter os comentários eram desde sua aparência física à pasta de direitos humanos (vulgarizada como “direitos dos mansos”), analogias à senzala, o descrédito do movimento negro entre outras desqualificações.

Outros episódios com Luislinda Valois são bastante emblemáticos e que tiveram mais repercussão do que o fato de ela ter sido a terceira Juíza negra da Bahia e autora da primeira sentença de condenação por racismo no Brasil, em 1993. Criou o projeto "Balcão de Justiça e Cidadania", em 2003, para resolução de conflitos em áreas pobres de Salvador. É a favor das cotas raciais entre os magistrados e acredita que o crime de injúria racial deveria ter mais peso em condenações.

Ocorrido em 14 de março de 2018, o assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol/RJ) também é considerado nesta reflexão como um inconformismo racista-sexista da elite política branca e masculina que fez somar ao genocídio da população negra, fenômeno tão denunciado pelos movimentos negros em todo o Brasil. A repercussão do extermínio da vereadora foi também dividida entre brados e

lamentos. É uma das questões mais importantes no processo de (in)digestão desse episódio, é que além da direita extremo-racista ter tentado desqualificar a trajetória de Marielle Franco, produzindo inverdades em forma de notícias, uma notória parte da esquerda também esquecia de demarcar os lugares que marcavam Marielle: ser negra e lésbica, depositando tudo na conta das “divergências políticas”.

Portanto, Antonieta de Barros (eleita deputada estadual em Santa Catarina em 1934 por um partido de direita), Benedita da Silva (eleita governadora do Rio de Janeiro em 2002 por um partido de esquerda), Tia Eron (eleita deputada federal em 2014 por um partido de direita), Luislinda Valois (filiada ao PSDB e nomeada ministra de direitos humanos em 2017 em um contexto político bastante controverso e como integrante de um partido de direita) e Marielle Franco (eleita vereadora no Rio de Janeiro em 2016 por um partido de esquerda) representam o histórico incômodo racista-sexista em relação à presença de mulheres negras em espaços de poder, seja por votação ou por indicação.

É possível verificar que, este racismo-sexismo fere a existência destas mulheres, desumanizando-as, impedindo-as do uso de seus direitos, de suas liberdades e

buscando de toda forma encaixá-las em no máximo dois padrões: a) da mulher raivosa e brigona que ameaça o status quo e por isso deve ser desqualificada e silenciada e b) da pessoa inferior, incapaz, menor, que descende da escravidão, de África e de tudo que o racismo enquadra como pequeno e vergonhoso. É como afirma a filósofa Sueli Carneiro (2009, p. 52):

O racismo é assim, cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades. A excelência e a competência passam a serem percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder

Sem ter sido a intenção, o percurso feito neste artigo e ousar dizer que o objetivo também é semelhante, segue os passos de Sueli Carneiro no artigo *Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência*, no qual ela também apresenta “casos” semelhantes aos apresentados neste artigo, e afirma:

Estou relatando esses “causos” para ressaltar como parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder. (Sueli Carneiro, 2009, p. 53)

Após a execução da vereadora Marielle Franco, centenas de candidaturas de mulheres negras foram registradas nas eleições de 2018 por todo o Brasil. Como se

por revanche ou levante, o número de candidaturas de mulheres negras aumentou substancialmente em comparação com as eleições de 2014:

Em 2014, mulheres com esse tom de pele eram 10,27% das candidatas (8.124). No próximo pleito [2018] representam 13,47% do total de opções femininas. As pardas somam 35% das concorrentes e essa porcentagem se manteve em relação à última eleição nacional. Os números são registrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (Leilane Menezes, 2018, online)

Ainda segundo a jornalista Leilane Menezes, o perfil predominante ainda é o perfil conservador: homens (68,6%), brancos (52,46%) e casados (54,5%) e apenas 10% do total de concorrentes é preta: “Trata-se de um retrato da política tradicional e com lacunas de diversidade”, afirma. No congresso nacional, as mulheres negras ainda são a extrema minoria em cumprimento de mandato. No Senado, apenas

Nas eleições de 2018, o Rio de Janeiro foi o estado com a maior quantidade de candidaturas de mulheres negras (Isabella Macedo; Lúcio Big, 2018), incluindo três ex assessoras de Marielle Franco; o Partido dos Trabalhadores lançou uma nota afirmando que 52,9% das mulheres da instituição que foram candidatas nas eleições de 2018 se

declararam pretas/pardas (Partido dos Trabalhadores, 2018). São Paulo elegeu as duas primeiras mulheres trans³ da história daquele Estado a assumir um cargo eletivo, Erica Malunguinho e Erika Hilton foram eleitas Deputadas Estaduais pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol). A Bahia elegeu sua primeira Deputada Estadual negra, a professora Olívia Santana foi eleita pelo Partido Comunista Brasileiro e Robeyoncé Lima, também é a primeira mulher trans eleita por Pernambuco.

Também foram registradas, pela primeira vez na história do Brasil, duas candidaturas de mulheres negras à Presidência da República, Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU) são respectivamente, acreana e pernambucana. Apesar de seguirem propostas de democracia diferentes, existem muitos pontos em comum em suas trajetórias políticas, como a luta sindical, por exemplo. E Marina Silva foi a primeira mulher a concorrer três vezes ao cargo.

³ Como autora deste trabalho e como ativista negra que defende uma democracia (trans)feminista, é a contra gosto que abro esta nota de rodapé para explicar o que são mulheres trans. São mulheres que, por determinações biológicas, isto é, por possuírem pênis, foram designadas como homens ao nascer. Entretanto, essas pessoas não se conformam no gênero imposto e se compreendem mulheres por uma série de questões emocionais, físicas, sociais. Um dado necessário para registrar nesta nota é que as mulheres trans são as mulheres com menores oportunidades de garantia de direitos como educação, emprego e a própria vida. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo.

No Facebook e no Twitter, parte dos movimentos sociais negros e feministas se justificavam para não votar em nenhuma das duas. Em geral não votam em Marina pelos equívocos cometidos nos anos recentes, pelas posturas conservadoras em relação ao aborto e ao casamento homoafetivo e por sua forte ligação com a Igreja Evangélica ao ponto de declarar que esta relação influenciaria em suas decisões enquanto presidenta. Marina somou o segundo maior índice de rejeição nas eleições de 2018.

Já em relação à Vera Lúcia, as justificativas ficaram por conta do partido no qual é filiada, que é considerado “radical e extremista” até mesmo com a esquerda. Com apenas 5 segundos de propaganda eleitoral na TV, com direito a apenas 7 inserções e com menos de 1% das intenções de votos, Vera Lúcia sequer teve a oportunidade de participar dos debates nas emissoras. Não aprofundarei sobre essas candidaturas, visto que o objetivo do artigo é outro, mas os fenômenos de rejeição sobre Marina Silva e Vera Lúcia merecem dedicada atenção e reforçam a pergunta-título deste trabalho: à direita ou à esquerda, podem as mulheres negras serem eleitas?

Sueli Carneiro aponta para a importância de processos de formação e capacitação de mulheres negras organizadas por serem a “força motriz para pautar o tema da mulher negra tanto na esfera pública como na agenda governamental.” (Sueli Carneiro, 2009, p.55)

Nesse sentido, iniciativas como a campanha Mulheres Negras Decidem, da Rede Umunna (rede para formação política de mulheres negras) representam marcos de uma luta coletiva que chamou os eleitores a romperem com o perfil dos parlamentares nas diversas instâncias: *Em 2018, confie em mulheres negras, construa com mulheres negras, fortaleça mulheres negras*, diz o site do projeto.

Esperamos que a exposição do fenômeno feita acima, auxilie a compreender a importância de nos debruçarmos sobre os lugares das mulheres negras no sistema político. O título deste artigo é livremente inspirado em uma afirmação feita por Sueli Carneiro em uma entrevista para José Arbex na revista Caros amigos em 2000: “Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta”.

Metodologia

Retomando os objetivos deste artigo, de discutir e refletir como ainda na atualidade as mesmas categorias de ofensas racistas-misóginas são reproduzidas sistematicamente por meio de violência moral direcionada a mulheres negras que ocupam cargos/mandatos políticos, estejam elas filiadas a partidos de direita ou de esquerda.

O lócus do levantamento das informações foi a internet, como foco no Facebook por ser a mídia social mais popular no Brasil, segundo o site Ideal Marketing (dados publicados em fevereiro de 2018), com 103 milhões de usuários no Brasil, composto por 54% de mulheres.

O Facebook é o segundo lugar online com maior quantidade de comentários sobre política no Brasil. Em primeiro lugar, nas eleições de 2018, ficou o Whatsapp. Mas nas eleições de 2014 o cenário era diferente, tanto que o grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizou um estudo sobre as eleições daquele ano com base nos comentários em matérias jornalísticas de conteúdo político no Facebook.

Entre os resultados do estudo, as autoras pontuam que a interação entre os usuários

observados na pesquisa não corresponde à intensidade das participações, “eles mais “falam sozinhos” do que interagem” (Isabele Batista Mitozo; Michele Goulart Massuchin; Fernanda Cavassana de Carvalho, 2015, p.470).

Para este artigo, interessa-nos analisar três produtos publicados como conteúdos no Facebook, são eles:

1) Uma foto de perfil publicada na página oficial de Tia Eron no Facebook em 15 de abril de 2016. Aqui interessa saber que as ofensas racistas-sexistas direcionadas a mulheres negras na política partem de apoiadores tanto da direita quanto da esquerda, por assim dizer. A escolha por esse produto foi feita baseada na experiência anterior com o episódio. Como muitas pessoas acompanhavam a votação pela televisão e as comentavam pelo Facebook e pelo Twitter, foi possível acompanhar as manifestações de indignação de muitas mulheres negras. Até que circulou o comentário de um dos usuários, conforme mencionado na introdução, que dizia: “Tia Eron, você é negra, porém bonita e inteligente”. Foi esse comentário que serviu de motivação/provocação para conferir os demais comentários na página da Deputada. Foi então que deparei com centenas de

comentários racistas-sexistas reprovando o voto de Tia Eron;

2) As menções à solicitação de Luislinda Valois para acumular salário de desembargadora aposentada e ministra dos direitos humanos, neste episódio a jurista fez uma analogia ao trabalho escravo, período de coleta: no final do mês de outubro e início do mês de novembro de 2017. O conteúdo foi escolhido dessa forma mais aberta porque ao fazer a busca do episódio, foram muitas informações de diferentes fontes, portanto neste caso, foram escolhidos dois textos de post e um texto de comentário.

Sem qualquer disposição para relativizar os equívocos cometidos por Luislinda Valois e sua gestão na pasta de Direitos Humanos, o que salta aos olhos são as violências simbólicas recorrentes, bem como para a Deputada Tia Eron, que insistentemente são usadas para atingir e marcar as vidas de mulheres negras, mesmo as que estão em cargos públicos.

3) Vídeo com duração de 2'44" sobre o assassinato de Marielle Franco publicado na página SBT Rio na tarde de 15 de março de 2018, um dia depois da sua execução e de Anderson Gomes, o rapaz que trabalhava como motorista para a parlamentar naquela

noite. Na busca pelo nome de Marielle Franco no Facebook, este vídeo foi o mais relevante em relação às participações nos comentários que, em sua maioria, desqualificavam a pessoa Marielle e a repercussão das condições de sua morte.

Eu não interajo com nenhuma das páginas que divulgaram os respectivos produtos/conteúdos. Busquei manter dessa forma por julgar importante este distanciamento.

Resultados e discussões

O caso Tia Eron

Mesmo considerando os apontamentos feitos pelo estudo acima, sobre a não interação entre os participantes, o ponto de partida para a observação deste artigo são justamente os comentários na página oficial da Deputada Federal Tia Eron no Facebook, entre os dias 15 e 19 de abril de 2016, com maior ênfase ao dia 17. A página acumula 55 mil seguidores e, após fazer longa análise, identifiquei que nenhum conteúdo da página possui mais comentários e compartilhamentos do que a foto de perfil da Deputada publicada no dia 15 de abril de 2016: 502 comentários e 226

compartilhamentos⁴. Entre os comentários, alguns exemplos:

1) *Você tem apoio do povo brasileiro honesto!! Não se abale nesse momento crítico em que vivemos. Matenha a consciência limpa sabendo que está fazendo um bem enorme. Não vai ter golpe! Vai ter Impeachment!*” (comentário feito por uma mulher, moradora de Salvador;

2) *Cala a boca... a bahia eh uma vergonha...vao trabalhar....*

3) *you conhece essa historinha? Tia Eron era uma garota preta e sabida que adorava fazer uma arte. E como era boa nisso, um dia entrou na casa grande e foi presenteada com um bordado. Tia Eron ficou tão deslumbrada que decidiu pintar e bordar! Tia Eron esqueceu da senzala, dos irmãos e só queria pintar e bordar na Casa Grande. Como não tinha lá muito jeito, sempre melava tudo! Era a maior cagada!! Tia Eron hoje, já não tem o respeito de ninguém... E há quem diga que ela nunca teve, mesmo antes!*

O caso Luislinda Valois

A repercussão da solicitação de aumento de salário e analogia ao trabalho escravo no

⁴ Disponível no link: <https://www.facebook.com/TiaEron/photos/a.194608850641729/741872069248735/?type=1&theater>

documento protocolado na Casa Civil, foi dramática. Ao buscar pelo nome de Luislinda Valois no Facebook já mostra nos primeiros resultados a repercussão negativa pautada em racismo-sexismo e territorialidade, bem como no caso de Tia Eron.

Antes desse episódio, quando assumiu a pasta, Luislinda Valois chamou Michel Temer de “padrinho das mulheres negras”, mas nesse caso a declaração da então ministra incomodou prioritariamente a militância negra. Mas quando do episódio salarial, os comentários direcionados para Luislinda foram:

1) *dynamite com o estopim aceso no rabo dessa escrava ,é isso que ela merece;*

2) *Ministra Luislinda , (que de linda não tem nada) seu deslumbramento por ser ministra , e querendo tirar vantagens , foi de uma " escravidão " imensa em cima do país tão conturbado e desmoralizado pela corrupção sistêmica ! Antes de roupas , cabelo , viagem e perfume , existe uma coisa que a senhora esqueceu : A classe , o berço e a dignidade !! isso não tem preço !!!rodandoooooo para não embolar*

3) *Essa Luislinda, além de horrorosa é um esgoto a céu aberto!! Apodreça numa cela morfetica!*

O caso Marielle Franco

A vereadora assassinada em via pública em uma noite de quarta-feira, 14 de março de 2018 era ativista pelos direitos humanos da população negra/LGBTI e das classes trabalhadoras, como a Polícia. Não fez nenhuma declaração controversa, não teve nenhum envolvimento com corrupção, atuou em vestibulares comunitários nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Em dois anos de mandato, foi a vereadora que mais apresentou projetos de lei para garantia de direitos básicos à população pobre. Na noite da execução, a vereadora estava em uma reunião com jovens negras feministas.

Desde o anúncio de sua execução, o nome e a existência de Marielle Franco foram abordados tanto na homenagem quanto na depreciação, e neste último caso, com mais doses de violência, para além da que lhe tirou a vida.

No vídeo (de homenagem) publicado pelo SBT Rio no Facebook, existem 905 interações, 222 comentários e 627 compartilhamentos. Para este artigo, foram analisados apenas os comentários e deles extraídos 3 exemplos, aleatoriamente e conforme predominância (negativo - positivo). São exemplos das formas com as quais a vereadora foi tratada:

1) *Pq estão rendendo tanta homenagem para essa vereadora Se ela é igual a outras pessoas q morreram nas mãos dos bandidos q ela sempre defendia;*

2) *A vereadora socialista morreu porque era defensora de BANDIDO! Simples assim;*

3) *Negra pobre moradora de comunidade, mas com muita dignidade cursou uma Universidades e com luta e trabalho chegou a Câmara municipal do Rio de Janeiro.*

Nos três casos, as escolhas dos comentários foram aleatórios e para serem o pontapé para as discussões necessárias. É preciso dizer que ainda que tenham sido extraídos de quantidades muito grandes, todos os três objetos foram analisados com muito cuidado para evitar distorções as percepções.

Tia Eron e Luislinda estavam filiadas em partidos tradicionalmente de direita e receberam os mesmos padrões de violência, a diferença eram os comentaristas, que no caso da Tia Eron eram pessoas que declaravam serem contra o impeachment da Presidenta e acusavam a Deputada de estar de conluio com corruptos como Eduardo Cunha. Não houve amenidade nas críticas, as pessoas pessoas despejaram racismos-sexismos em altas doses.

Sobre Luislinda Valois ainda pesaram as negações de beleza, de trabalho e de humanidade, foi alvo de charges e memes, as pessoas pediam o fim do Ministério que ela gestava, e lançaram sobre ela os estereótipos racistas mais enraizados. A firmeza da cultura racista-sexista no Brasil é o que sai fortalecido em episódios como esses.

Nem o partido de Tia Eron, nem o partido de Luislinda se manifestaram contra os ataques racistas-sexistas sofridos por elas. E ambas possuem trajetórias no combate ao racismo, cada uma no seu campo e a seu modo, talvez nem sempre alinhadas às demandas do movimento negro.

Os silêncios do PRB e do PSDB sobre os crimes de injúria racial disparados contra mulheres negras de suas composições institucionais, reforçam como os dispositivos partidários operam em consonância com a não ruptura e com o não empoderamento da população negra. Combater o racismo é uma das condições mínimas para que mais mulheres negras tenham condições de ocupar lugares de poder, afirma Sueli Carneiro (2009), só assim é possível construir condições para operar a desnaturalização do lugar da mulher negra na sociedade brasileira,

completa a filósofa, que também aponta a importância dos partidos tenham políticas de formação de quadros políticos e de gestores públicos e auxiliem no fortalecimento das organizações de mulheres negras.

A violência contra Marielle Franco foi contra o direito à vida e em seguida essa violência moral, simbólica, que joga no fosso da não humanidade, as mulheres negras que ousam estar seja em acordo, seja na resistência contra o status quo.

E ainda que no começo o partido de Marielle, o Psol, tenha em um primeiro momento canalizado o assassinato de Marielle apenas como uma questão partidária, como afirmou Juliano Medeiros, presidente do partido “são as piores horas da história do PSOL” - quando na verdade o assassinato da vereadora reforçam as horas ruins do genocídio da população negra e do feminicídio contra mulheres negras. Mas em seguida, pelos diálogos estabelecidos com os grupos da base de Marielle, o partido assumiu uma postura de compreensão de que este crime não estava apenas na alçada partidária.

Conclusão

A quem interessa discutir, garantir e manter mulheres negras em espaços de poder, seja por eleição, seja por nomeação? Como

romper com o lugar subalterno imposto como uma dimensão ontológica do ser mulher negra (Sueli Carneiro, 2009)?

É preciso compreender “o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, afirma Lélia Gonzalez (1980, p.224). O racismo é a neurose cultura brasileira e articulado com o sexismo, é avassalador.

Se em 1934 ou em 2018, à direita as mulheres negras na políticas são violentadas moral e simbolicamente e à esquerda são, além disso, também assassinadas, como reconstruir e radicalizar a democracia?

As instituições partidárias precisam compreender que não é uma mera questão quantitativa, que não é numérico e que a existência das cotas de gênero nos pleitos precisam ter paridade com a sociedade. Se quem decide as eleições são as mulheres negras, então que os partidos políticos repensem e *desoperem* seus racismos para dar espaço a quem realmente é maioria no Brasil.

Imagine um governo de mulheres como Benedita da Silva, Marina Silva ou Vera Lúcia: empregadas domésticas, analfabetas, operárias?

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES|)

À Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ao Programa de Pós-Graduação “Comunicação e Cultura Contemporâneas” (PósCom)

Ao Grupo de pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (Gig@)

Referências

CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2009. p. 50–55.

FACEBOOK. Sobre anúncios relacionados a política ou temas de importância nacional. [sem data] Disponível em <<https://www.facebook.com/business/help/167836590566506>> Acesso em 15 de novembro de 2018

MACEDO, Isabella; BIG, Lúcio. Rio de Janeiro é o estado com mais mulheres negras concorrendo em 2018. Publicado em 27 de setembro de 2018. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/ri-o-de-janeiro-e-o-estado-com-mais-mulheres-negras-concorrendo-em-2018/>> Acesso em 15 de novembro de 2018

MARTINIANO, Maysa. Ex-desembargadora e Ministra DH pede acumulação integral de salário (R\$ 61 K) e cita “trabalho escravo” como justificativa. Publicado em 2 de novembro de 2017. Disponível em <<https://maysaweippert.jusbrasil.com.br/noticias/516860552/ex-desembargadora-e-ministra-dh-pede-acumulacao-integral-de-salario-r-61-k-e-cita-trabalho-escravo-como-justificativa>> Acesso em 15 de novembro de 2018

MENEZES, Leilane. Aumenta número de candidatas autodeclaradas pretas nesta eleição. Publicado em 16 de setembro de 2018. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/aumenta-numero-de-candidatas-autodeclaradas-pretas-nesta-eleicao>> Acesso em 15 de novembro de 2018

MITOZO, Isabele Batista. MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. Disponível em <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMfzTaIwNQ_MDA_c962b_/12.pdf> Acesso em 28 de outubro de 2018

ODILLA, Fernanda. Eleições 2018: Os candidatos à Presidência e quais dificuldades têm de superar durante a campanha. Publicado em 12 setembro 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313908>> Acesso em 15 de novembro de 2018

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Mulheres negras são maioria entre as candidatas do PT. Publicado em 05 de setembro de 2018. Disponível em <<http://www.pt.org.br/mulheres-negras-sao-maioria-entre-as-candidatas-do-pt/>> Acesso em 15 de novembro de 2018

REDE UMUNNA. Mulheres Negras Decidem um Novo Projeto de Democracia. Disponível em <<http://mulheresnegrasdecidem.org/>> Acesso em 15 de novembro de 2018